

Documentação

Fonte: Em

Data: 9/12/99 Pg A8

Class.: 37

Ruralistas querem CPI das ONGs

Mauro Zanatta
de Brasília

Depois da derrota na votação do projeto que altera as exigências de manutenção da reserva legal em áreas rurais, os líderes da bancada ruralista na Câmara se movimentam para criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a atuação das organizações não-governamentais (ONGs) no País. "Faremos de tudo para abrir a caixa preta dessas entidades", afirma o deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), autor da proposta derrotada, que reduziria a área de reserva legal de 50% para 20% no Cerrado e de 80% para 50% na Amazônia Legal.

Um abaixo-assinado de 189 ONGs e a manifestação ostensiva de entidades como Greenpeace e WWF na votação da última terça-feira foram decisivos no adiamento do projeto para março de 2000 e irritou profundamente os parlamentares. "Eles querem mandar aqui no Brasil e fazer as leis, então que mostrem de onde vem o dinheiro que sustenta suas ações", desafia Luiz Carlos Heinze (PPB-RS). Segundo os líderes dos ruralistas, o primeiro passo em direção a CPI será a convocação das principais "ONGs multinacionais" que atuam no País para prestar depoimento na comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara.

Para esquentar a disputa, o Ministério do Meio Ambiente posicionou-se publicamente contra as propostas da bancada ruralista. Em nota divulgada ontem, o ministro José Sarney Filho afirma que não aceita isentar da obrigatoriedade de manutenção da reserva legal as propriedades com área menor de 25 hectares. Diz ainda que, se depender dele, manterá 50% de reserva legal no Cerrado, mas admite reduzir de 80% para 50% a área na Amazônia Legal. Os ruralistas prometem agir no estilo "rolo compressor" nas discussões da câmara técnica do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que terá a missão de achar um meio termo para a contenda.